

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

ROSELI REZENDE ROOS

O PRECONCEITO RACIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Porto Alegre

2010

ROSELI REZENDE ROOS

O PRECONCEITO RACIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gláucia Regina Raposo de Souza

Tutora: Prof.^a Leticia Schmarczek Figueiredo

Porto Alegre
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor : Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-reitora de Graduação: Prof^a Valquiria Link Bassani

Diretor da Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura na modalidade a distância/PEAD: Profas. Rosane Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu marido,
grande incentivador dessa conquista.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho gostaria de agradecer imensamente...

... a Deus por ter me amparado e iluminado durante toda a minha caminhada.

... ao meu marido Laurindo, pelo companheirismo, amor e apoio durante toda a minha vida.

... a minha filha Ana Laura, razão da minha vida, pelo incentivo, compreensão e carinho.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”

Nélson Mandela

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central o preconceito racial no contexto escolar. Investiga as relações preconceituosas e excludentes que permeiam o cotidiano escolar e a forma com essas ações influenciam na formação identitária do aluno negro e na construção de sua aprendizagem. Os principais objetivos desse trabalho foram materializar a discriminação e o preconceito presentes no contexto escolar e a influência que exercem, na autoestima dos alunos negros, bem como a indiferença e omissão existentes nas atitudes dos educadores em relação à ausência de práticas pedagógicas e metodologias que possibilitem a real discussão em torno da diversidade étnica, na busca do distanciamento de atitudes excludentes e discriminatórias. Para elucidar e apoiar estas questões buscou-se apoio no referencial teórico de Paré, Gomes, Romão, Meyer e Lei nº 10.639/2003. Nesse sentido, foram ouvidos através de atividades desenvolvidas em sala de aula durante o estágio curricular, os 24 alunos que compõem a turma 41, bem como a realização de observações no cotidiano da escola em sua amplitude, onde se percebe que os alunos afros descendentes são permanentemente alvos de piadas e chacotas o que gera muitas vezes violência dentro da escola, fazendo com que o esse espaço que deveria oferecer e construir uma formação alicerçada no respeito às diferenças de qualquer natureza, na busca de uma convivência harmoniosa, seja palco de humilhações e racismo. Os alunos negros demonstraram através das atividades propostas vergonha de ser negro, sentimento de baixa autoestima, ressentimento, tristeza e desvalia. Presenciou-se que o aluno negro carrega em si o estigma de ser um mau aluno, desordeiro, desrespeitoso e indisciplinado e de ter sempre notas baixas e dificuldades de aprendizagem, sentimentos resultantes da invisibilidade e indiferença produzidas pela escola que minimiza suas responsabilidades e omite-se como instituição formadora de valores necessários a formação dos indivíduos. Porém, ao contrário, quando as desigualdades e o preconceito são enfrentados, quando propomos nas práticas pedagógicas, sistematicamente, situações que possibilitem a quebra de paradigmas e estereótipos, a alma do aluno negro se fortalece, pois o preconceito é discutido abertamente, desmascarando a hipocrisia, possibilitando a construção da democracia e do respeito às diferenças. Ao final do estudo foi constatado que a escola não só contribui como incentiva a manutenção e permanência do preconceito racial, quando não oferece práticas pedagógicas inclusivas que fortaleçam a identidade negra dos alunos. Logo é necessária a elaboração e adequação do Currículo onde a abordagem da questão étnico-racial, através de práticas educativas inclusivas, possibilite a construção identitária do aluno negro, na busca da formação de novas concepções e da reversibilidade do preconceito e da discriminação. Não basta a existência da lei, pois para que seja modificada a visão dos educadores em relação à cultura eurocêntrica dominante, fez-se necessário o reconhecimento e valorização da contribuição étnico-cultural dos alunos negros e de sua ancestralidade. Acredita-se que através de ações afirmativas

e do engajamento real de todos os envolvidos no processo educativo será possível à construção da valorização e do respeito sobre a historicidade do negro.

Palavras-chave: Racismo - Identidade - Escola - Discriminação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trabalho da aluna C. sobre “Importância da Família”29

Figura 2: Trabalho da aluna V. sobre “A Diversidade Está em Toda Parte”.....31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3 A OBRIGATORIEDADE DA LEI 10.639/03.....	16
3.1 O preconceito racial na escola.....	18
3.2 Sentimentos e Identidade do aluno negro	20
4 DESMITIFICANDO O PRECONCEITO	23
4.1 Mudanças de paradigmas - Um novo olhar	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

A escola é lugar onde se materializa a socialização e, conseqüentemente, torna-se um espaço múltiplo no que se refere à pluralidade racial.

Na escola construímos nossos valores éticos em relação às diferenças, portanto, faz-se necessário um incessante trabalho pedagógico-social de conscientização e valorização do aluno afro-descendente, para que nos distanciemos de idéias e de crenças pré-concebidas e estereotipadas onde o negro é sempre visto e lembrado com adjetivos chulos e excludentes que empobrecem as relações.

Desde a infância tenho minha atenção despertada para a situação de aprisionamento cultural e social a que os negros são submetidos, em represália à cor de sua pele, pois sempre são vistos e tidos como inferiores e, sistematicamente, lhe são aferidos papéis de coadjuvantes, sem expressividade, considerados muitas vezes detentores de uma inteligência igualmente inferior.

O que observo hoje no contexto da escola em que trabalho é que a presença dos alunos negros é vista com indiferença. É inegável que nesse espaço é valorizado outro fenótipo que renega o negro à invisibilidade física e moral. Essa atitude permite que os alunos negros não se reconheçam e aprendam a valorizar tudo aquilo que representa o oposto deles.

A escola em que atuo se abstém em rever verdadeiramente sua posição e em reverter preconceitos e estereótipos, pautando sua prática pedagógica em ações simplistas e excludentes, não possibilitando a discussão do preconceito racial de forma permanente e sistemática no âmbito escolar, tratando assim a historicidade do negro, apenas à perspectiva da escravidão.

Nesse sentido busco, no desenvolvimento desse trabalho, destacar a importância do educador como mediador do conhecimento através de uma prática

pedagógica que possibilite o autoconhecimento do aluno negro, através do resgate de sua autoestima e da valorização de sua ancestralidade. Busco, acima de tudo, evidenciar a importância da construção da identidade desses alunos.

Considerando que no âmbito escolar encontra-se a representação dessa diversidade e que as atitudes discriminatórias estão presentes nesse universo, a escola, como instituição formadora de valores, possui o valor social e moral para, através de suas práticas, oportunizar a todos os envolvidos no processo educativo uma formação pautada no respeito às diferenças, promovendo, assim, um convívio respeitoso, humanizado e igualitário.

Conforme Gomes (1996, p. 88) o processo de construção da identidade "[...] é um dos fatores determinantes da visão de mundo, da representação de si mesmo e do outro". Daí advém a importância do comprometimento da escola, pois, se a criança está permanentemente em processo de construção de seu caráter e de sua identidade, essa construção dependerá da troca que estabelece com o mundo que a cerca, pois essas vivências irão incidir positivamente ou negativamente na construção de sua identidade e na aceitação de si mesmo. A escola deve, portanto, distanciar-se desse modelo de omissão e de submissão, através do qual o preconceito mutila a construção da identidade da criança negra, aferindo prejuízo ao seu pleno desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Através dos tempos se cultivou e se valorizou a etnia europeia em detrimento da desvalorização, do descaso e da indiferença às demais etnias, colocando-as em uma condição de inferioridade e de subserviência. Em virtude disso, os negros tiveram sua dignidade marcada na alma.

Nesse trabalho, meu principal objetivo é demonstrar a importância determinante de uma prática voltada ao resgate da autoestima do aluno negro, que permita o encontro de si mesmo com seu íntimo, em que a valorização e o resgate de sua ancestralidade são determinantes na busca de sua dignidade, distanciando-se, assim, de uma história de submissão. A criança negra precisa se ver como negra e aprender a respeitar a imagem que tem de si.

No desenvolvimento do Projeto Pedagógico que construí para o meu estágio curricular, ao propor práticas pedagógicas voltadas a esse enfoque, as quais exponho nesse trabalho, através das falas dos alunos, percebi a mudança que

ocorreu em relação à discriminação desses. A tomada de consciência e a valorização da pluralidade étnica da qual somos constituídos favoreceu o sentimento de respeito à diferença. Se o indivíduo se reconhece, descobre o seu íntimo, constrói sua identidade e tem orgulho de si, certamente será um ser humano mais feliz e estabelecerá inter-relações mais harmônicas na sociedade em que vive.

Nesse sentido, busquei embasamento teórico para explicitar os caminhos percorridos através das leituras desenvolvidas no curso de Pedagogia da UFRGS, do qual sou aluna, especificamente na interdisciplina Questões Étnico-Raciais na Educação e na Lei 10.639/03, que garante a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados.

Busquei igualmente subsídios na minha prática docente, na Escola Estadual Caetano Gonçalves da Silva, onde atuo há 22 anos, através de observações realizadas em minha sala de aula e no contexto escolar em sua amplitude, bem como na coleta e na análise dos depoimentos dos alunos negros.

No primeiro capítulo exponho sobre o texto da Lei 10.639/03, na tentativa de fazer um paralelo entre o que a mesma propõe e o que a escola oferece e apregoa em suas práticas pedagógicas. Falo sobre o sentimento de rejeição e de exclusão das crianças negras e da importância das práticas pedagógicas voltadas à construção e à valorização da identidade do aluno negro.

No segundo capítulo procuro evidenciar a importância da escola na formação de mentes abertas e receptivas que se distanciem do preconceito, através da tomada de consciência sobre a importância da pluralidade étnica na formação da nossa brasilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que sustentará o presente trabalho se apoiará nos seguintes eixos norteadores: o preconceito racial na escola, a construção identitária do aluno negro e o papel da escola na desmistificação dos estereótipos em relação ao aluno afro descendente. Nesse sentido, busquei embasamento teórico para fundamentar as questões referentes à temática através de Pare, Freire, Romão, Adesky, Mayer, Cavalleiro, bem como na Lei 10639/03 e nas produções dos alunos construídas durante desenvolvimento do estágio curricular.

A escola precisa considerar e valorizar a cultura e contribuição expressão africana de seus alunos negros e a não valorização mecanismos de defesa que prejudicaria o desenvolvimento pleno de sua aprendizagem, o que certamente pode influenciar de forma negativa na construção de sua identidade e no seu auto-reconhecimento em relação aos valores culturais intrínsecos de sua africanidade.

Portanto é possível afirmar que todo o ser humano, possui o direito incontestável de exercer a sua cidadania, lutando pela respeitabilidade de sua condição, colocando-se contra qualquer tipo de exclusão ou de discriminação, acreditando sempre que sua inserção no mundo perpassa pela forma como busca o diálogo e os questionamentos em favor de seus direitos e verdades, em busca da valorização de suas origens. É imprescindível que o aluno encontre na escola a acolhida necessária para que, sentindo-se pertencente a ela, construa sua identidade. Paulo Freire nos mostra a importância da valorização da diversidade cultural dos educandos:

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (...) É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da etnicidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que

alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. (FREIRE, 1996. p. 66)

Para tanto é preciso que, no contexto escolar, efetive-se uma relação dialógica e respeitosa em relação às diferenças, através das quais os envolvidos no processo educativo estejam mobilizados e comprometidos no combate ao preconceito de qualquer natureza, objetivando a construção de mentes abertas e preparadas a participar e a atuar em uma sociedade pluriétnica.

Assim, esse contexto torna-se um espaço político, por onde transpassam alegrias, construções e reconstruções, sucessos, conquistas, ganhos e retrocessos, que caracterizam a escola como um lugar único e indiscutivelmente privilegiado de diálogo e de respeito à figura humana, o que viabiliza a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3 A OBRIGATORIEDADE DA LEI 10.639/03

O QUE MUDOU NO CONTEXTO ESCOLAR?

A Lei 10.639/03 trouxe a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de ensino público e privado desde 09/ de janeiro de 2003.

A Lei 10639/03 procura reparar as desigualdades seculares que maculam e envergonham a historicidade do nosso país, objetivando, através de políticas afirmativas, minimizar as injustiças praticadas contra o negro. Certamente estamos conscientes da forma como o preconceito racial se estabelece no contexto da escola, lugar em que a reversão de tal atitude se distancia, apesar da crescente necessidade de discussão que se apresenta à comunidade escolar.

A sociedade brasileira encontra-se representada na escola e essa se acostumou a silenciar diante da prática do racismo e à valorização da etnia europeia, ficando evidente a supremacia dos brancos e o preconceito em relação aos negros. A escola é, em qualquer tempo, o espaço ideal na busca do aprimoramento das relações interpessoais, do convívio respeitoso e igualitário, porém, muitas vezes, vimos que essa instituição de distancia de seu verdadeiro papel. Cito Cavalleiro que diz:

A educação anti-racista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças sociais, bem como dos indivíduos Pertencentes a grupos discriminados é condição para a realização de uma educação anti-racista e o reconhecimento da diversidade presente nas escolas somado ao compromisso por parte dos educadores (CAVALLEIRO, 2001).

Nessa perspectiva, o educador deve utilizar o espaço escolar para promover, através do reconhecimento e da valorização da afro-descendência, a construção da identidade racial da criança negra. Porém é inegável que o negro

continua a ser tratado e visto com desrespeito, pois sua negritude coloca-o, invariavelmente, na condição de pobre, sujo e favelado. Essas condições impõem a esses indivíduos o sentimento de inferioridade, de incapacidade, de subserviência e de descrédito, rotulando-os e distanciando-os da acessibilidade constitucional de garantir seus direitos e de cumprir suas obrigações como cidadãos.

No meio educacional, mesmo diante da obrigatoriedade da Lei e da atualização de seus educadores, permanece um preconceito disfarçado, através da manutenção da desigualdade e da indiferença em relação ao sentimento do aluno negro e da não valorização da historicidade africana na nossa brasilidade.

Vejo hoje que a obrigatoriedade da lei 10639/03 não instituiu mudanças profundas nos currículos e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas. Isso ocorre não pela ausência de conhecimento e da qualificação dos discentes sobre o assunto, mas pelo fato de o aprofundamento dessa temática desnudar o caráter fictício e irreal da democracia racial que existe internalizada na maioria dos educadores.

Temos consciência de que a origem do preconceito não se estabelece na escola, porém, somente envolvendo toda a comunidade, por meio de todos os trabalhadores em educação, a escola conseguirá reverter os valores enraizados por gerações, fazendo com que as gerações futuras adquiram a consciência da diversidade e desenvolvam o sentimento de interesse e de respeito às diferenças.

LOPES nos orienta:

Essa lei vem reconhecer a existência do Afro-brasileiro, seus ancestrais (africanos), sua trajetória na vida brasileira, na condição de sujeitos na construção da sociedade. Alterou-se a LDB, foi um ganho político. Agora é preciso que se modifique o ensino aprendizagem para que venhamos a ter um resultado eficaz no processo educativo. Esta alteração em seus aspectos explícitos e implícitos, precisa ser construída, no dia a dia do nosso fazer pedagógico envolvendo alunos, professores, corpo diretivo, administrativo e a comunidade em geral. É preciso que os profissionais da educação estejam preparados e subsidiados para que possam fazer a releitura e avaliação de nossos livros didáticos e elaborar nova proposta pedagógica com fundamento em conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, religiosos, históricos, geográficos e culturais que abordem a questão do negro. (LOPES, 2005)

O que percebo, porém, em relação às práticas pedagógicas, é que elas não mudaram e se restringem às metodologias simplistas, fragmentadas e dissociadas do verdadeiro sentido que a Lei propõe. O que existe são educadores que trabalham

em uma concepção eurocêntrica, com aplicabilidade oposta ao que propõe a Lei 10.639/03, privilegiando a etnia branca, como detentora de superioridade e de supremacia sobre as demais etnias.

A escola como espaço público se caracteriza por ser plural e diversificada e deve garantir o acesso e a permanência de todos os indivíduos, distanciando-se de preconceitos racistas que muitas vezes nela existem. A escola peca e se distancia da Lei quando não olha o aluno negro com o mesmo olhar que dirige ao aluno branco, quando subestima sua capacidade, quando não o prepara para que dispute em condições de igualdade as posições que almejam os alunos descendentes das etnias dominantes.

Respeitar as diferenças é um princípio ético que nos remete à fraternidade e ao acolhimento. Nesse sentido, a escola precisa sair da condição de negação e admitir a existência do racismo no contexto escolar, para que se estabeleçam mudanças significativas em relação à valorização do aluno negro em busca da construção de sua identidade e do reconhecimento de que somos um país pluriétnico.

3.1 O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA

Preconceito é um sentimento pequeno que antecede a razão e desconhece o respeito e a fraternidade entre os indivíduos. O preconceito mutila a alma de quem o recebe e empobrece quem o apregoa, carrega em si ódio, dor e sofrimento.

Na minha escola vivenciei o que esses sentimentos expressam, e somente os alunos negros sabem a dor que tais palavras carregam. Tal dor presenciei durante uma roda de conversa que mantivemos diariamente em sala de aula. O desabafo é de um aluno negro que chamarei de L1:

Eu me sinto uma pessoa normal, Tenho os direitos de todo mundo. Acho que os brancos se sentem os tais, pensam que são melhores que os pretos. Os brancos discriminam até no trabalho, na festa, no mercado e até no futebol. Na TV são os brancos que mandam e eu me sinto um pingão preto num pote branco. Eu fui ofendido porque sou negro na outra escola que eu estava, eu estava fazendo a prova e um colega me chamou de carvão e eu me avancei nele e os meus colegas não conseguiram me tirar de cima dele. Eu quase matei ele a pau e ele nunca mais me chamou de carvão.

Temos, na constituição étnica da nossa brasilidade, a presença do negro, do branco e do índio, o que determina a pluralidade e a miscigenação do nosso povo. E essa mesma miscigenação oportunizou uma escala hierárquica que colocou no topo os descendentes europeus e, no outro extremo, as demais etnias. Aos índios e negros foi negado o direito de construir sua identidade étnica em função do desprestígio e do não reconhecimento de sua identidade coletiva na qual se encontra toda uma historicidade e inúmeros valores culturais. Portanto, quando a escola finge não ver o que acontece em seu entorno, quando permite o desprestígio e a humilhação de seus alunos negros, está contribuindo para a perpetuação das ações discriminatórias, que envolvem a sociedade branca dominante, em detrimento dos alunos negros que continuarão a serem chamados de “negro sujo” ou de “carvão”.

Na escola os alunos constroem a imagem que definirá a sua identidade. Contudo essa imagem dependerá da forma como essas relações são construídas. Se, nesse contexto, o aluno negro receber humilhações e discriminação, certamente aprenderá a se ver como um ser inferior e, possivelmente, passe por um processo inconsciente de tentativa de “branqueamento”, para tentar ser aceito no grupo, distanciando-se de sua origem e cedendo aos padrões dominantes.

A escola, portanto, não cumpre o seu papel quando fica alheia aos sentimentos desses alunos, quando seus educadores se furtam ao carinho e a demonstrações de afeto, quando os professores se referem ao aluno negro como “aquele negrinho”, como se ele não tivesse valor, não tivesse passado e, provavelmente, não tenha futuro. A escola se esvazia quando não reconhece a existência do racismo no nosso país, bem como a necessidade de valorização e do respeito aos negros. A escola reproduz ainda hoje o mesmo discurso patético e vazio, através do “mito da democracia racial”, afirmando que temos igualdades de condições e de oportunidades para brancos, negros e mestiços, quando, na verdade, o que oferece é uma postura de passividade e de naturalidade em relação ao descaso e ao preconceito sobre os alunos negros.

Para Romão (2001), a reversão desse quadro será possível pelo reconhecimento da escola como reprodutora das diferenças étnicas, investindo na

busca de estratégias que atendam às necessidades específicas de alunos negros, incentivando-os e estimulando-os nos níveis cognitivo, cultural e físico.

O processo educativo pode ser uma via de acesso ao resgate da auto-estima, da autonomia e das imagens distorcidas, pois a escola é ponto de encontro e de embate das diferenças étnicas, podendo ser instrumento eficaz para diminuir e *prevenir* o processo de exclusão social e incorporação do preconceito pelas crianças negras. (MENEZES, n. 147, 2002)

É possível afirmar nesse sentido que a escola possui um poder que desconhece no combate ao preconceito, pois, quando educadores negligenciam e se posicionam de forma inoperante em relação à discriminação racial, instituem a perpetuação do grupo dominante e a completa desvalorização do aluno negro.

A escola deve ser o espaço onde, antes da troca de saberes, da construção do conhecimento, se fortaleçam o diálogo, o questionamento, onde devemos aprender, através das diferenças, a valorizar o ser humano, sem distinção, em atitude de acolhimento, pluralizando as relações, respeitando as especificidades culturais de todas as etnias.

3.2 SENTIMENTOS E IDENTIDADE DO ALUNO NEGRO

Como a identidade pode ser formada?

Segundo Jacques d' ADESKI (2001:76), a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação.

Nesse sentido afirmo que a identidade do negro depende terminantemente das interações vivenciadas no espaço escolar e perpassa a sua construção por diferentes situações em que o diálogo, a valorização, o desprestígio, as discordâncias fazem parte dessa trajetória, influenciando terminantemente de forma positiva ou negativa. Porém é bastante difícil para o aluno negro construir sua identidade, pois se encontra em uma sociedade que está acostumada a vê-lo como inferior, a renegar sua cultura e a levá-lo à insignificância social e moral.

Apesar da distância de uma sociedade escravista e das leis que teoricamente deram a liberdade física aos negros, bem como a lei 10.639/03 que busca a reparação moral, os negros permanecem pedindo licença para viver e em

condições de desigualdade no que se refere a sua perspectiva de crescimento pessoal, profissional e social.

Essas desigualdades que permeiam a vida dos negros e seu convívio na sociedade refletem-se, conseqüentemente, na escola e contribuem para a efetivação da construção da identidade dos alunos negros. Portanto, podemos afirmar que é intrínseca a relação existente entre o meio social e a construção da identidade desses indivíduos.

A sociedade representada no contexto escolar exerce influência determinante na construção dessas identidades e dependerá dessas interações a definição da imagem que esses alunos terão de si. Essas interações poderão marcar positivamente se a cultura, a aparência física e a historicidade desses alunos forem respeitadas e valorizadas, e negativamente se forem estereotipadas, preconceituosas e excludentes.

O aluno negro, ao ser discriminado, desenvolve uma imagem negativa e depreciativa de sua negritude, construindo um sentimento de negação e de demérito em relação a sua etnia.

Eu não gosto de ser negra, se eu pudesse escolher eu queria ter o cabelo igual ao da M (colega que tem o cabelo comprido, liso e loiro).O que eu acho pior é que o meu colega W me chamou de feijão bem na hora do filme.Ele falou com todas as letras"fica quieta feijão e eu comecei a chorar muito e eu não queria que os meus outros colegas vissem mas eu não conseguia parar de chorar, a professora conversou com a turma, me acalmou e também chorou e o W negou tudo.Mas eu estava muito ruim por dentro e o meu coração até doeu demais.Mas eu tenho colegas da minha cor que me adoram como eu sou (Aluna S- 11 anos).

O desabafo da aluna comprova e reafirma a colocação de Paré (2000), quando afirma, que o aluno desenvolve na escola sentimento de desvalia, de vergonha de ser negro e de baixa auto-estima.

Dessa forma o aluno negro, que encontra na escola uma constante e permanente valorização da cultura eurocêntrica em detrimento da indiferença em relação a etnia negra, desenvolve um sentimento de rejeição a sua etnia e a sua ancestralidade e se distancia da formação de sua identidade.

A criança, em sala de aula, não é uma "tabula rasa", pois traz uma carga cultural étnica transmitida pela família. O aluno negro possui uma estrutura lógica, que é mitológica, isto é, decorrente da mitologia afro-brasileira; ele

possui uma cultura de origem africana que, no encontro com a cultura escolar de cunho europeu, muitas vezes é reprimida. (PARÉ, 2000)

A educação construída no contexto da escola tem um papel fundamental na formação identitária do aluno negro. Se a escola promover, através de suas ações, práticas pedagógicas interdisciplinares, que passem pelas diferentes áreas do conhecimento, que valorizem a origem étnica e a cultura do aluno afrodescendente, oportunizando a problematização da questão racial, diminuirá o seu sentimento de exclusão e promoverá a construção de uma identidade libertária e plena.

Portanto, uma educação escolar que considere prioritariamente a discussão em torno das questões étnico-raciais nos conduzirá verdadeiramente a uma educação inclusiva e democrática.

4 DESMITIFICANDO O PRECONCEITO

Eu adoro meus cabelos cheio de molinhas. Eu me acho linda. Sou negra como minha mãe e tenho os cabelos encaracolados como meu pai. Meu pai é negro e motorista de caminhão e a minha vó odeia isso. Nunca usei chapinha, me assumo do jeito que eu sou. Eu não tenho vergonha e minha família me ensinou a me gostar. Cada um é do jeito que tem que ser e pronto (Aluna T - 9 anos em 10/05/10).

A aluna T, ao fazer esse relato, respondia a uma atividade desenvolvida em sala de aula em referência ao tema "Nosso sangue afro-brasileiro", através da qual discutíamos a forma com que os alunos negros viam a herança africana e de que maneira enfrentavam o preconceito racial em relação à sua negritude. Essa discussão teve como objetivo evidenciar atitudes discriminatórias e preconceitos racistas na turma. A atividade foi realizada na quadra de esportes da escola, com todos sentados no chão em um grupo único, onde todos os alunos expuseram suas opiniões.

A partir da fala da aluna T, os demais alunos negros olharam-se, sentiram-se encorajados e resolveram falar:

Eu odeio ser preto. Minha mãe só gosta da minha irmã pequena que é filha de pai branco. Queria dormir preto e acordar branco, aí sim todo mundo ia gostar de mim (Aluno W-13 anos).

A tristeza e a mágoa do aluno W revelam sentimento de desvalia, rejeição e vergonha de ser negro, e esse sentimento se agrava quando sua família evidencia a negação em relação à sua etnia. Assim, é de fundamental importância a inserção de práticas pedagógicas que promovam a discussão em busca da valorização da identidade do aluno negro, pois somente reavaliando suas práticas, refletindo permanentemente sobre as questões raciais e seus estereótipos, de forma contextualizada, a escola promoverá a valorização do educando negro e a transformação de conceitos preconceituosos.

As práticas educativas ofertadas na escola para serem transformadoras e promoverem a igualdade devem oferecer aos seus educandos muito mais do que conteúdos estanques, vazios e sem conexão. Devem promover efetivamente situações em que se estabeleçam relações entre a nossa cultura e a cultura africana quanto à musicalidade, os pratos típicos da culinária e às danças.

Essa educação deve ter como foco a adequação de seu currículo, repensando práticas e metodologias, de forma a que seja revista toda a trajetória de exclusão aferida aos negros, para que sejam construídas novas perspectivas de reconhecimento e de valorização da cultura africana. Entretanto, o que ouvi de uma colega quando falei em inserir no Projeto Pedagógico e nos planos de estudos a valorização da identidade negra foi: “Ah! Isso é bobagem, quanto mais se mexer nesse assunto mais problemas vai dar.”

Conforme Mayer (2007), para que o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial na educação se efetivem, são necessárias metodologias, métodos e técnicas, que promovam a mudança de olhares diante das desigualdades, dos novos saberes sobre a história e a cultura afro-brasileiras, mudanças de atitudes diante das situações de racismo e alteração da realidade.

A efetivação de uma educação multicultural que possibilite a valorização das diferentes culturas será possível através da formatação de currículos abrangentes que influenciarão de forma positiva para o entendimento e a valorização das diferentes etnias expressas no contexto escolar. Portanto, para que a valorização dessa cultura e dessas identidades tão heterogêneas é necessária a busca pelo reconhecimento dos valores culturais suplantados, para a construção da erradicação do preconceito existente.

Por conseguinte, a necessidade de discussão do preconceito racial está intimamente ligada ao multiculturalismo, que propõe de forma ampla e abrangente a observação de uma sociedade múltipla, constituída de pluralidade étnica, social e cultural, para que, de posse desse conhecimento, seja construída uma nova concepção, pautada no respeito a essa diversidade, favorecendo dessa forma a desmistificação do preconceito.

No entanto, é fundamental que a escola se questione e se posicione em relação a essa diversidade e explicita de que maneira busca a formatação de um

novo entendimento em relação à discriminação. É imprescindível que evidencie de que forma contribui para a manutenção dessa prática excludente, ou ao contrário, de que forma contribui para mudanças significativas e igualitárias.

Como a escola pode promover a igualdade?

A educação, para ter um caráter transformador e libertário, deve se distanciar do tecnicismo e instituir temas positivos que dignifiquem a historicidade de seus alunos negros. Deve pautar suas intenções pedagógicas na valorização das individualidades, independentemente da forma como se apresentam, buscando promover em cada educando negro o desejo de estar no mundo, fazer parte dele e interagir em igualdade de condições com os demais alunos. Conforme Paulo Freire “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 2000, p.39).

Para que a escola desconstrua todo esse histórico que envergonha a sociedade, é necessária uma reflexão para a tomada de consciência sobre sua responsabilidade em relação à recriminação em relação à etnia do aluno negro, pois, somente assim, poderá construir uma política educacional voltada a verdadeira inclusão.

Faz-se necessário que a escola busque a construção de uma convivência democrática que passe pela valorização dos indivíduos, independentemente da classe social, etnia, gênero ou raça, pois, somente através da valorização dos alunos, do respeito e da aceitação da diversidade que os caracteriza, será possível formar indivíduos críticos, que reconheçam seus valores individuais e coletivos.

Dessa maneira é possível afirmar que a escola deve possibilitar, através de suas práticas educativas, a desmistificação de preconceitos, oportunizando a construção de conhecimentos que transportem seus educandos para outra concepção de valores, e, que sejam construídas mentalidades afirmativas e antidiscriminatórias.

4.1 MUDANÇAS DE PARADIGMAS - UM NOVO OLHAR

Ao refletir sobre as mudanças de paradigmas e a construção de um novo olhar sobre a diversidade e o preconceito racial no contexto escolar cabe perguntar:

De que forma a escola deve abordar essa temática? Qual a importância de a escola trazer às suas práticas e ações o combate à discriminação racial?

Sabe-se que toda a mudança é um processo de reconstrução complexo, que exige determinação e comprometimento. Em relação ao preconceito racial, nos deparamos com um processo intrincado, que se estabeleceu na sociedade e que a escola e a família, onde a criança estrutura seus valores éticos e morais, poderão construir novas concepções voltadas à valorização dos alunos afrodescendentes, visando à efetivação da igualdade e ao respeito às diferenças.

Para tanto, é necessário que a escola, como instituição também responsável pela formação identitária, que recebe diferentes influências da sociedade, coloque-se como agente de transformação do preconceito oriundo dessa sociedade, buscando o distanciamento da discriminação racial em favor do reconhecimento e valorização das diferenças presentes em sua realidade.

Para a reparação e a construção de um novo olhar em relação ao preconceito que envolve as diferenças étnicas, é necessário que a escola proporcione aos seus educandos o conhecimento de outras culturas, construindo o entendimento de que a diversidade cultural oportuniza o crescimento individual e coletivo, possibilitando que, dessa forma, produzam-se relações mais humanas, justas e respeitadas.

Baseada nessas concepções, a Lei 10.639/03 orienta e oportuniza a reparação, através da instituição escolar e, por conseguinte das práticas pedagógicas, da construção de um novo olhar, para que se efetive a justiça em relação ao histórico de discriminação e de desrespeito em torno do aluno negro, de sua historicidade e contribuição étnico-cultural na construção da nossa sociedade. Essa reparação deve começar pela adequação dos currículos e pela qualificação de seus docentes e de todos os envolvidos e comprometidos com a educação, pois a lei somente existirá de fato mediante mudanças profundas voltadas à destituição da visão eurocêntrica que macula o espaço escolar.

É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o despreparo das educadoras para relacionarem com os alunos negros evidencia, também, seu desinteresse em incluí-los positivamente na vida escolar. Interagem com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades (CAVALLEIRO, 2000, p. 35).

Diante da observação e análise dessa realidade, busco propor ações que contemplem a todos os grupos sociais, objetivando a valorização plena dos indivíduos, especialmente no que se refere ao aluno negro e seu histórico de vida.

Afirmo, portanto, que o educador é responsável pela mediação na construção de uma sociedade voltada a humanização que resgate a auto-estima e favoreça a construção identitária de seus educandos. Conforme exposto na reflexão referente à semana 1 (um) do estágio curricular:

No desenvolvimento da prática dessa semana percebi que o ensino e a aprendizagem deve ter como foco principal a responsabilidade em formar alunos conscientes de sua responsabilidade social com o objetivo de transformarem, como sujeitos críticos e atuantes, o mundo em que vivem.

Essa postura certamente passa pelo autoconhecimento, pela valorização da família como primeiro grupo social, da comunidade, das ações de todos os envolvidos nesse processo.

A discussão que começamos em torno da diversidade, foi de extrema importância, pois existem na turma alunos preconceituosos em que muitas vezes precisei interceder quando presenciei atitudes discriminatórias em relação aos colegas. Percebi também que alguns alunos desconheciam o seu valor pessoal, o valor do outro como indivíduo e o de sua própria família, considerando que seus colegas em sua negritude ou pobreza extrema fossem seres "menores" e sem muita importância.

O tema abordado possibilitou uma discussão rica, a formação de um pensamento reflexivo que permitiu o crescimento do grupo e uma prática significativa. Observei mudanças nas interações e se isso aconteceu certamente os alunos foram tocados.

Percebi na turma a sensação de pertencimento na construção da linha do tempo e no debate sobre a importância da família, em que os alunos se situaram como sujeitos, inseridos em um grupo social e com responsabilidades em relação à construção de uma sociedade mais justa, através da qual fazem parte do patrimônio histórico cultural da sociedade.

Os alunos construíram um texto argumentativo, expressando opiniões sobre o preconceito racial, a discriminação e a importância de suas famílias. A prática

abaixo referenciada foi desenvolvida com os objetivos de promover o autoconhecimento, a valorização do outro, através da construção de valores indispensáveis à convivência e a construção da identidade do aluno negro e do conhecimento e valorização de sua ancestralidade.

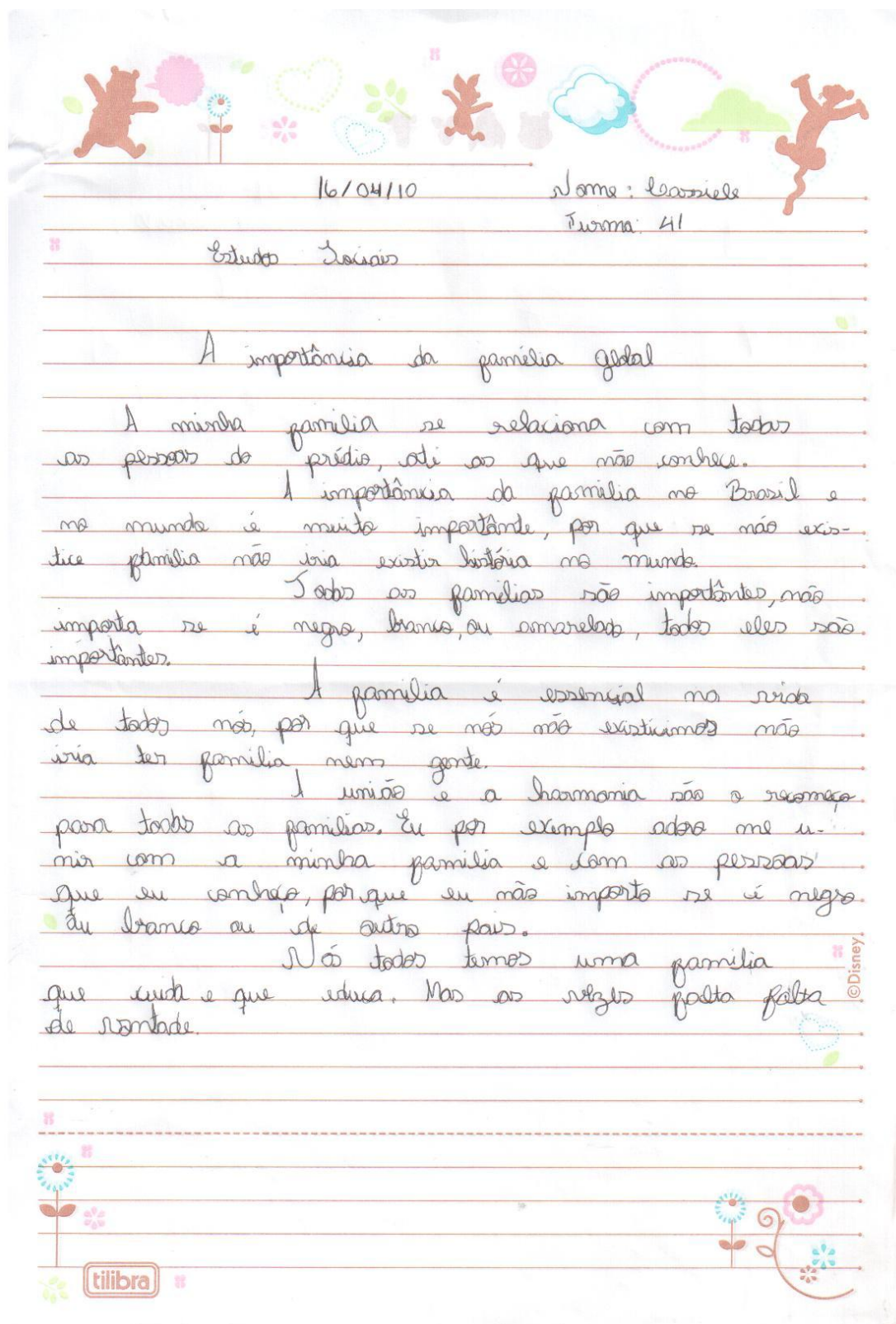


Figura 1: Trabalho da aluna C. sobre "Importância da Família"

Ao idealizar suas práticas voltadas para a dialogicidade e para a discussão, é preciso que os educadores tenham consciência que existirão situações de incompatibilidade entre os envolvidos, porém sabemos que somente na contraposição de ideias e na desacomodação de posicionamentos excludentes é que será possível a construção de uma concepção voltada à valorização das desigualdades. Conforme Freire (2000):

Nenhuma educação que pretenda estar a serviço da boniteza da presença humana no mundo, a serviço da seriedade da rigorosidade ética, da justiça, da firmeza do caráter, do respeito às diferenças, engajada na luta pela realização do sonho da solidariedade pode realizar-se ausente da tensa e dramática relação entre autoridade e liberdade (FREIRE, 2000, p.35).

É relevante que os educadores percebam outras formas de discriminação presentes no convívio escolar em relação ao nível social, religião e opção sexual, que causam humilhações e sentimento de inferioridade a todos os alunos, porém de forma mais contundente aos alunos negros, fortalecendo os estigmas relacionados à sua negritude.

É extremamente importante que o educador tenha sensibilidade e perceba que seus alunos precisam ser ouvidos em suas dificuldades, especialmente ao que se refere ao sentimento de rejeição e preconceito.

Abaixo, insiro o texto escrito pela aluna S, no dia 30-04, referente à temática desenvolvida "A diferença está em toda a parte", onde expressa o preconceito sofrido e praticado por ela na escola. O tema desenvolvido mobilizou a turma e possibilitou uma tomada de consciência e mudanças de atitudes em relação ao outro.

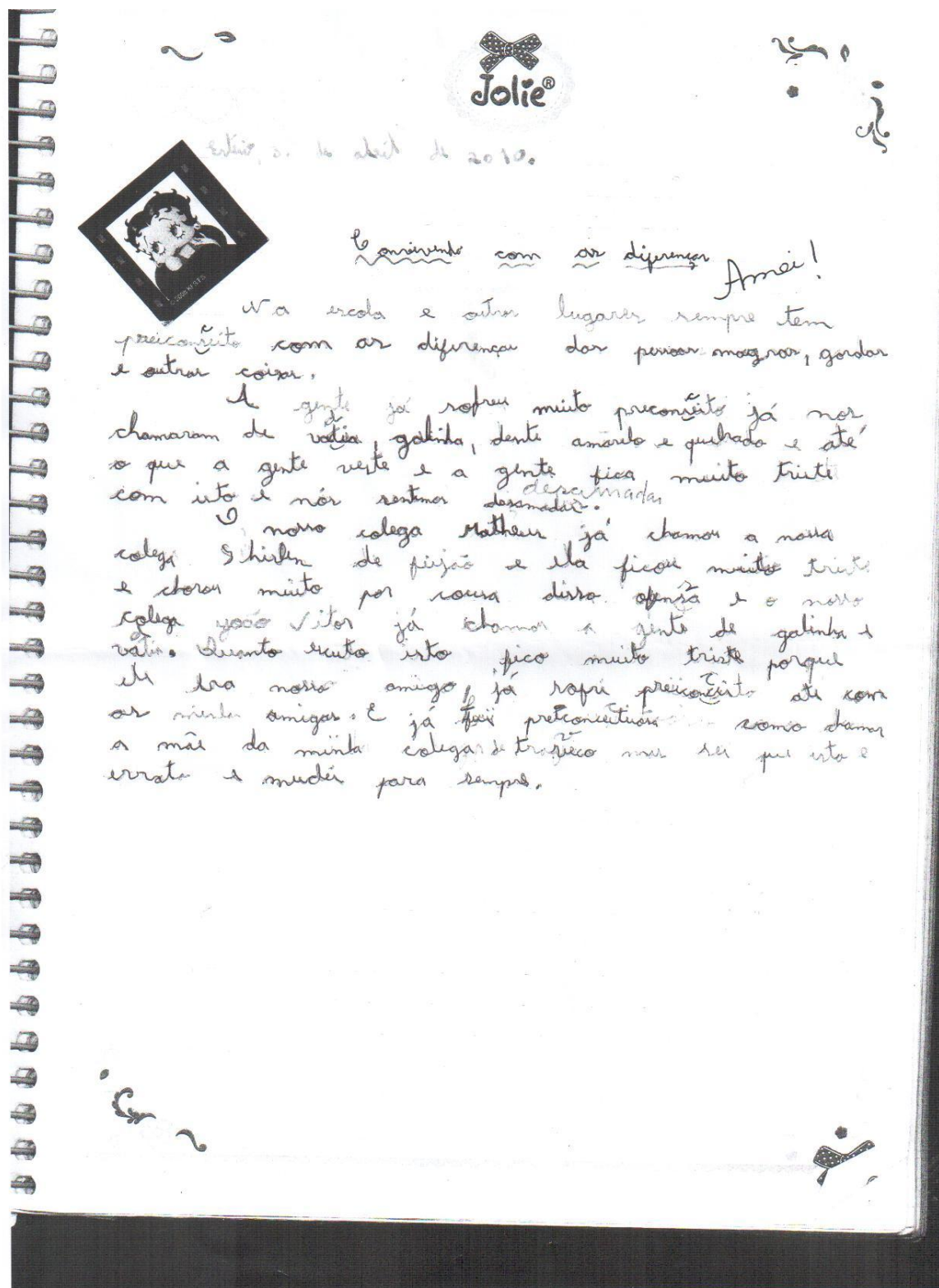


Figura 2: Trabalho da aluna V. sobre "A Diversidade Está em Toda Parte"

As práticas devem estar voltadas à desarticulação de ações preconceituosas, através de metodologias que possibilitem questionamentos,

resgatando valores, na busca da humanização das relações e da construção da auto-estima dos educandos.

Portanto, cabe afirmar que a educação que prima pela valorização da diversidade, preocupa-se em oportunizar a livre expressão de seus educandos, para que diante da exposição de suas angústias, as dificuldades sejam superadas ou minorizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de estudo feito no local em que estagiei e em que atuo como professora, pude chegar a algumas considerações importantes sobre o assunto, mas que necessitam de novas pesquisas para serem generalizadas para outros contextos escolares.

Sabemos que a escola, como instituição plural, deve estar receptiva e se mostrar responsável pelas mudanças de paradigmas e de ideias pré-concebidas, vindas das mais diferentes representações sociais, na busca do respeito a essas diversidades, para que seja verdadeiramente um espaço inclusivo.

Porém, esse desafio não é tarefa fácil, considerando os valores enraizados, de uma sociedade excludente, que costuma rotular ou ignorar aquilo ou aqueles que são exceção no contexto.

É na heterogeneidade das salas de aula que encontramos a riqueza inesgotável de diferenças étnicas, culturais, de ritmos de aprendizagem que nos possibilita um trabalho rico, através do desempenho docente comprometido, em que o educador seja um aliado na construção do saber, para a formação de sujeitos protagonistas de sua história e de uma convivência respeitosa, igualitária e humana.

Porém é necessário que os educadores se desacomodem e se distanciem do preconceito velado, disfarçado, que existe na escola, dos discursos prontos, abordando o preconceito de forma crítica, dialógica, incentivando os alunos para que exorcizem suas angústias e compartilhem seus anseios.

A educação precisa urgentemente se distanciar de currículos e metodologias excludentes, através de propostas pedagógicas emancipatórias, que contribuam de forma legítima para o respeito a nossa pluralidade étnica, objetivando a valorização e a auto-estima dos alunos negros.

Para isso, não basta que o educador se prepare teoricamente para essas mudanças, mas que esteja verdadeiramente engajado. É necessário que dê aos seus educandos o exemplo de luta pela igualdade, se comprometendo, através de suas práticas e ações, em oportunizar mudanças férteis no contexto escolar, onde seja possível a construção de novos valores.

A escola não é apenas o espaço físico onde se constrói o conhecimento, mas o lugar único, um espaço político-social que possui responsabilidade sobre a formação cidadã de seus alunos, onde devemos aprender a conviver e respeitar as diferenças construindo o entendimento que a diversidade enriquece as inter-relações.

A escola deve se caracterizar como um espaço indiscutivelmente privilegiado onde o distanciamento do preconceito racial e a construção da identidade dos alunos negros, através de práticas pedagógicas inclusivas possibilitem a autoria e ressignificação de sua história. Devemos, portanto, ter o entendimento que somos uma nação multirracial e que a valorização e proteção do nosso acervo histórico possibilitam a construção e permanência de uma memória plural.

A reconstrução da identidade étnico-racial e da auto-estima do aluno negro, que produza crescimento significativo na construção de sua aprendizagem, encontra-se distante do contexto escolar, porque as práticas pedagógicas ainda se estruturam em um processo excludente, de valorização e de afirmação da etnia branca dominante em detrimento da invisibilidade do negro e sua historicidade, através da abordagem superficial e fragmentada do preconceito racial em seus currículos e o descaso em relação à importância da construção da auto-estima e identidade do aluno negro.

Nesse sentido entendo a escola como um ambiente discriminador e racista, que relega à invisibilidade seus alunos negros, não promovendo uma educação humanizada e igualitária, não favorecendo dessa forma a construção da identidade racial de seus educandos negros, contribuindo, assim, para a perpetuação de ações discriminatórias e preconceituosas e para a manutenção da hegemonia eurocêntrica dominante.

Paulo Freire (2005) deixa um legado que nos conduz a uma prática pedagógica dialógica e libertadora, que nos distancia de uma educação elitista e de exclusão, para favorecer uma educação igualitária e democrática, voltada para homens e mulheres que sofrem com a discriminação, possibilitando a todos uma visão crítica do mundo para que possam se inserir nele de forma autônoma e cidadã.

Oportunizando o conhecimento de sua realidade e o auto-conhecimento, favorecendo dessa forma a leitura de mundo e a intervenção crítica no meio em que vivem, pois somente através de uma intervenção crítica e politizada será possível a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Cabe, portanto, à escola desempenhar uma função social importantíssima na construção de uma educação essencialmente libertadora, crítica e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ADESKY, Jaques. **Racismo e anti-racismo no Brasil**: pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Palas, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritores: São Paulo: UNESP. 2000.

GOMES, Nilma Lino .Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LEI nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

LOPES, Vera Neusa. **Falando do negro**. Disponível em: < [http:// falando do negro. Vilabol. uol .com.br](http://falando.do.negro.Vilabol.uol.com.br)> Acesso em: 21 set. 2010

MENEZES, Valéria. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/147.htm/>> Acesso: 06 nov. 2010.

MAYER, Bel Santos. **A coerência necessária para a promoção da igualdade étnico racial nas escolas**. Disponível em: <<http://destaquein.sacrahome/net/node/610>> Acesso em: 20 out. 2010.

PARÉ, Marilene – **Auto-Imagem e Auto-Estima da criança negra**: Um Olhar Sobre o seu Desempenho Escolar. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

ROMÃO, J. O educador e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro In: Cavalleiro(org). **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.